

## A ÉTICA PROFISSIONAL NA INDAGAÇÃO E QUESTIONAMENTO DA REALIDADE COTIDIANA DO ADMINISTRADOR

**Ronaldo Amorim Gomes**

Instituto Amorim de Ensino E Pesquisa - IAEP

<http://lattes.cnpq.br/4034768640708292>

<https://orcid.org/0009-0009-1502-2476>

E-mail: [ronaldo\\_amorim68@msn.com](mailto:ronaldo_amorim68@msn.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3-15>

**RESUMO:** A ética profissional na administração permeia e envereda por vários caminhos. Se observarmos sob a ótica do código de ética, notamos que o Administrador deve sempre e, acima de tudo, orientar-se na legislação nele codificada para que não sofra as sanções. No que concerne a ética e ao exercício da profissão o código preconiza: PREÂMBULO I - De forma ampla a Ética é definida como a explicitação teórica do fundamento último do agir humano na busca do bem comum e da realização individual; II - O exercício da profissão de Administrador implica em compromisso moral com o indivíduo, cliente, empregador, organização e com a sociedade, impondo deveres e responsabilidades indelegáveis. Assim, o objetivo geral dessa pesquisa, onde o método utilizado foi o de pesquisa junto a sites de internet, livros, artigos de revistas, busca explicitar e concluir que o Administrador deve munir-se, ter consciência e pôr em prática elementos fundamentais da ética, tanto quando do exercício de sua profissão, quando se encontrar revestido de sua condição de membro atuante e responsável da coletividade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética. Ética profissional. Ética da responsabilidade na Administração.

### PROFESSIONAL ETHICS IN INQUIRY AND QUESTIONING THE ADMINISTRATOR'S EVERYDAY REALITY

**ABSTRACT:** Professional ethics in administration permeates and follows several paths. If we look at it from the perspective of the code of ethics, we note that the Administrator must always and, above all, be guided by the legislation codified therein so that he does not suffer sanctions. With regard to ethics and the exercise of the profession, the code advocates: PREAMBLE I - In a broad way, Ethics is defined as the theoretical explanation of the ultimate foundation of human action in the pursuit of the common good and individual fulfillment; II - The exercise of the profession of Administrator implies a moral commitment with the individual, client, employer, organization and with society, imposing indelegable duties and responsibilities. Thus, the general objective of this research, where the method used was the research along internet sites, books, magazine articles, seeks to explain and conclude that the Administrator must equip himself, be aware and put into practice fundamental elements of ethics, both when exercising their profession and when they are invested with their status as an active and responsible member of the social community.

**KEYWORDS:** Ethic. Professional ethics. Ethics of responsibility in Administration.

## INTRODUÇÃO

A partir de uma análise criteriosa e estudos em diversas fontes, pode-se inferir que, entre as tendências mais importantes que influenciam a teoria e a prática da administração no final do século XX e início do século XXI, encontramos a responsabilidade social das organizações e o comportamento ético dos administradores.

O debate sobre ética e responsabilidade social não é recente, mas vem acentuando-se, cada vez mais. A reflexão ética se apropria dos valores morais considerados bons, no sentido de uma ciência do comportamento moral do homem em sociedade. A dificuldade de se pensar a ética no mundo dos negócios está no fato de que o mundo da administração em organizações econômicas e complexas, muitas vezes exige posturas do administrador que possam dar conta de enfrentar os desafios colocados por uma ação pautada na ética, e de uma ação pautada nas exigências do mundo dos negócios, ou uma ética dos negócios.

Muito dos estudos sobre a ética na administração tem sua origem na opinião de que as organizações têm responsabilidades sociais. A ética é a disciplina que trata do comportamento de pessoas e organizações.

O perfil do administrador no terceiro milênio é de um ator que busca o aprendizado contínuo e é capaz de desenvolver o seu grupo de trabalho, na busca de novas formas para administrar uma empresa que se renova através da aprendizagem e se transforma continuamente. Para isso, o Administrador precisa de uma série de qualidades individuais e profissionais para ajudar as organizações a alcançar seus objetivos; qualidades estas que vem sendo cada vez mais valorizadas.

## DESENVOLVIMENTO

Em nossos dias, principalmente em nossa cultura capitalista, é comum propagar que existe um ceticismo generalizado quanto a princípios ético-morais. A razão disso, entre outras, se deve a fatores que demonstram o quanto os agentes sociais ficam expostos a ações sem idoneidade, ou de suspeição, ou mesmo de mecanismos sociais e econômicos que seduzem à corrupção.

Da mesma forma que na introdução, os elementos que integram o desenvolvimento do trabalho poderão variar nas suas divisões e subdivisões, em função da sua natureza e da área de conhecimento a que pertencem.

De fato, em contextos e ambientes de competições aguçados pela falta de empregos, pela ganância do lucro imediato, pela questão do poder econômico, e pelas condições da economia e da necessidade de negociar com agentes que nem sempre se pautam pelas exigências éticas, podemos dizer que em várias situações a consciência e a ética latente dos administradores pode ser sempre colocada à prova.

Os conflitos se apresentam quando os administradores se veem encurralados pelas necessidades do mercado e as consequências que certas decisões podem causar na vida de quem participa da organização empresarial, sejam por meio dos seus membros diretos como empregados, fornecedores, outras empresas que mantêm relações comerciais, empresários; ou indiretos, tais como clientes, e a sociedade beneficiada por determinado produto.

O cerne da discussão ética empresarial tem tomado ênfase e se espalhado no Brasil e no mundo, pois, como vem demonstrando os estudiosos do assunto (MOREIRA, 2002; NASH, 1993; SROUR, 2000; SINGER, 1998; SÁNCHEZ, 1998), as práticas empresariais passaram a ser vistas de forma mais questionável, bem como as práticas e decisões de administradores que se escondem por trás das empresas. Tais práticas podem ser assim enumeradas, para título de exemplificação: subornos para dirigir licitações públicas; desvios de somas altas do erário; sonegação fiscal; espionagem industrial e econômica; falsificação de medicamentos, de alimentos, roupas; “doações” para financiar campanhas políticas a candidatos que ofereçam alguma contrapartida a empresários; exploração do trabalho infantil ou assalariado; falta de incorporação da qualidade real nos produtos apresentados à população; não apresentar ou ocultar informações que dizem respeito à saúde pública da sociedade e danos ambientais causados, segundo diz Srour (2000, p. 24), apontam apenas para um dos problemas comuns da administração empresarial, ao qual tem sido vista pelas lentes da sociedade de forma mais moralista, levando inclusive empresas a fecharem suas portas.

Tais problemas podem ser vistos como partes de exigências que se tem feito por agências de controles sociais, tais como a mídia, e pela necessidade de que os negócios feitos pelas iniciativas de administradores visam uma postura ética mais exigente em função da necessidade de transparência na tomada de decisões, e da qualidade dos produtos, dentro do contexto de um mercado mais exigente. Mas não é só isto, é preciso entender o “jogo do poder” e das relações morais que se ocultam, muitas vezes, para que se possa dar margens a mecanismos funcionais que mantenham as empresas sobrevivendo num mundo competitivo. É como se propalasse uma lei do mais forte num mundo dos negócios em que, para não cairmos na tentação de sermos ingênuos, as condutas morais por si só não bastam para justificar a complexidade da competição no mercado. Para aqueles administradores que ainda se pautam por ações idôneas, os discursos dirigidos podem se pautar na ética, mas as práticas mostram que os praticantes de algumas dessas ações sentem-se justificados pela moral do oportunismo, de caráter egoísta e parasitário, que vige de maneira officiosa.

Administrar empresas exige estar atento aos problemas gerados pelas exigências de condutas morais na sociedade. É por isto que nem tudo pode ser tão transparente, no sentido de que o público possa fazer uma avaliação moralista e injusta, e nem tanto oculta, a ponto de não esclarecer sobre os problemas relativos aos produtos vendidos à sociedade. A ética dos negócios se situa dentro de exigências demarcadas pela opinião moral social e pela compressão da competitividade.

Por diversas razões, que vão desde o problema que envolve a eterna sede pela busca do lucro e a ganância, até os códigos corporativos de empresas que só sustentam suas próprias necessidades de se manter no mercado a qualquer custo, pensamos que a administração e a moralidade, a ética e os negócios, têm tomado o aspecto de contradição e de distâncias em relação aos problemas éticos. No mundo dos negócios, o administrador se vê pressionado pela necessidade de negociar, junto às exigências econômicas da empresa e da sociedade. Muitos podem estar convencidos de que devem se guiar por altos padrões éticos, mesmo sabendo que outros não estão interessados em conciliar ética e necessidades econômicas. Há administradores que julgam que a conduta moralmente correta se restringe a um plano de ação meramente pessoal, enquanto outros acreditam na

irreconciliação, uma vez que defendem que é moralmente aceitável mentir nos negócios justificando a sobrevivência econômica.

Os desafios do mercado atual, as falhas éticas, os desvios de condutas nas empresas, colocam dilemas éticos que exigem uma mudança de postura de acordo com certa noção de “integridade”, em concomitância com uma “ética dos negócios”, pressionados por mudanças no mundo do mercado e exigências ocorridas na sociedade civil organizada. Como diz Nash (1993, p. 5), o administrador moderno, junto com a empresa moderna, devem cultivar valores mais “altruístas” no sentido de atualizar valores que preservem o “bem comum” nas suas decisões: “A integridade os negócios hoje exige capacidades incrivelmente integrativas; o poder de manter junta uma infinidade de valores importantes e quase sempre conflitantes; e exige o poder de colocar na mesma dimensão a moralidade pessoal e as preocupações gerenciais. Nenhum administrador pode se dar ao luxo, do ponto de vista econômico ou moral, de manter suas noções morais em compartimento fechado”.

Todo administrador enfrenta o desafio de ter que tomar decisões que muitas vezes escapam ao seu controle total, mas que não deixam de ser problemáticas. Por isso, suas escolhas podem afetar direta ou indiretamente membros internos, ou a sociedade. Suas decisões devem estar alinhadas a mudanças e exigências ocorridas na sociedade, sintonizadas com uma série de rigores legislativos que tendem a punir empresas que tomam decisões danosas. Neste aspecto, a “ética nos negócios” aparece dentro de um contexto demarcado no capitalismo atual nas últimas décadas, e não porque houve uma necessidade de cada administrador agir de acordo com o sua própria ética. O que é a ética nos negócios?

Segundo Nash (1993, p. 6):

Ética nos negócios é o estudo da forma pelo qual normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de um padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente desse sistema.

Os temas relativos à defesa do consumidor e as diferenças culturais no exterior continuaram a dominar a ética nos negócios na primeira metade da década de 80. Isto exigiu mudanças na mentalidade das empresas, o que deu outro perfil ao capitalismo em

expansão. Segundo Nash (1993, p. 8), a preocupação central da moral coletiva centraliza seu foco de atenção em torno da “capacidade moral do indivíduos”. Os conflitos de interesses, o comportamento ganancioso e individualista de administradores que lesavam interesses públicos, aquisições ilegais de bens junto com a mentira, vieram à tona e romperam o véu ou o mito da administração e do administrador como portadores de caráter de impessoalidade que cercava as discussões da ética nos negócios.

A questão da ética nos anos 90 foi uma busca por um conjunto de premissas gerenciais que pudessem estimular o administrador a uma busca e valorização pela integridade pessoal, uma vez que a empresa pode ser censurada por isso, e dando uma resposta aos outros de acordo com o contexto de competitividade empresarial. Neste contexto, surge a discussão em torno de uma ética que possa enfrentar as convulsões da economia, onde o administrador possa enfrentar os dilemas da ética e da economia e reconciliar com questões sociais.

A “ética convencional”, como resposta a todos os problemas empresariais, fornece uma combinação entre a motivação do lucro e o espírito altruísta embebido pela necessidade de cooperação e confiança, e possui dois aspectos fundamentais: primeiro, não percebe o lucro e outros retornos sociais como objetivos absolutos pelo administrador; segundo, aborda as relações empresariais como questão de relacionamento com o público, priorizando uma visão humanista.

A ética nos negócios ganha mais credibilidade quando se projeta sua “imagem” de acordo com as exigências sociais do que com a natureza do capitalismo (NASH, 1993, p. 19).

Como resume Nash (1993), o impacto dessas mudanças não é apenas econômico. Elas significam perigo para a capacidade moral das empresas e dos que nelas participam. Não atender certas exigências se torna danoso para a imagem social das empresas. A tecnologia e a complexidade financeira, as fraudes recorrentes, as novas preocupações ambientais e legislações mais rígidas, a educação de consumidores esclarecidos pela qualidade dos produtos, o turbilhão das economias e a competitividade que chega a fechar empresas e corporações, e a desmoralizar administradores, enfim, sobretudo o fator de

confiança ao qual os consumidores chegam a depositar nas empresas avaliando suas funções do ponto de vista moral, tudo isto somado a outras questões dão origem a uma necessidade de discussão e de efetivação da “ética nos negócios” sobre o risco de serem penalizados por desvios cometidos. A ética nos negócios é tão fundamental para a sobrevivência de empresas pela simples necessidade de se autopreservarem no mundo das transações comerciais.

Há uma crescente e sede pela ética que se justifica para os administradores devido aos enfrentamentos complexos que suas escolhas e decisões podem causar. O trabalho do administrador está sujeito, sem dúvida, as avaliações que tendem a julgá-lo moralmente. Se sua postura moral não estiver de acordo com o que a opinião pública considera como padrão de conduta moral legítima, então a vida de seu empreendimento estará comprometida.

A ética nos negócios empresariais não é imune, pois carrega um peso muito vasto no poder que certas decisões têm de causar impactos que irradiam seus efeitos à distância. Daí a preocupação das empresas pela formação ética de seus funcionários.

Quando falamos em contextos sociais de *riscos* para as empresas e para a tomada de decisões pelos administradores estamos nos referindo aos encargos e ônus da culpa que precisam assumir por algo visto como antiético. Isto representa uma forma de mostrar que a empresa tem lealdade com os clientes, e um nítido espaço para a “ética nos negócios se justificarem”.

A ética empresarial, como toda moral, é historicamente compreendida de acordo com sua função no mundo, pressionada por outros valores regidos pelo mercado. Fica mais fácil imaginar que a “ética nos negócios”, pressionada pelo mercado e por transformações ocorridas no seio social, tem sido fruto de um contexto histórico bem demarcado e de uma dinâmica social precisa.

A bem da verdade, em ambientes competitivos, as empresas têm uma imagem a resguardar, uma reputação e uma marca. A ampliação dos direitos deu condições para que a sociedade reunisse elementos para se mobilizar e retaliar empresas socialmente vistas como irresponsáveis e inidôneas. A cidadania organizada e educada, associando a isso o

crecente custo da vida social, exige uma postura dos dirigentes e administradores para agirem de forma mais responsável.

Como vivemos em permanente contato com as pessoas, envolvidos por costumes e tradições culturais e morais quase sempre presentes em nossas convicções, e pontos de vista bastante variados, as questões morais escondem-se em muitas decisões e ações do cotidiano empresarial. Como em qualquer outro meio, no mundo das negociações e do trabalho, envolvendo relações que exigem um cumprimento razoável de valores éticos e morais, não é sem fundamento que os discursos de muitas iniciativas empresariais têm evocado a imagem das empresas afinadas com as exigências do mundo da ética nos negócios, desejando que funcionários e clientes possam estar em concordância com valores defendidos, como a probidade, a honra, o compromisso, a decência, a retidão, a licitude, o respeito e a verdade. Isso tem soado como expressão da ética empresarial sintonizada com os costumes e a moral vigente, tal como exigida historicamente pelas agências de controles sociais. Nas transações que seguem importâncias econômicas, é natural que os interesses egoístas possam prevalecer como desvio de conduta, mas que passam a serem moralmente reprováveis quando se tornam públicas.

Neste sentido, o que estuda a ética, e sobretudo, a ética empresarial? A ética tem servido como uma ciência prática, segundo a definição do filósofo Aristóteles, que foi formulada como reflexão sobre o comportamento virtuoso ou não, ético ou não, dos agentes sociais que adotam padrões de condutas morais segundo normas sociais convencionadas como boas ou más. Ela serve também para estudar as normas morais históricas. E o que são as normas morais que pautam comportamentos dos indivíduos? São códigos formalizados, expressam valores; o conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada; ou os discursos que são internamente coerentes com os princípios e propósitos os quais visam se tornar socialmente validados, e ao mesmo tempo, como aqueles meios que propiciam aos indivíduos se comportarem e se conduzirem a partir de determinadas formas diante de outros e mediante uma rede de relações sociais (SÁNCHEZ, 1993, p. 24).

Por isso, a ética visa também fundamentar ou justificar certa forma de comportamento moral; com que propósito? Reprovando aqueles comportamentos morais que não tomam o partido de justiça e do que é socialmente bom para o homem; ou refletindo sobre



as amarras que fazem os agentes sociais ficarem presos ao egoísmo ou àquilo que faz com que o indivíduo não se importe com os outros. Cabe-nos estabelecer uma distinção entre o que é da competência da ética e o que é da competência da moral. Como diz Sánches (1993, p. 7) “a respeito da diferença dos problemas práticos morais, os éticos são caracterizados pela sua generalidade”, ou seja, se na vida real o indivíduo se depara com desafios e obstáculos, que são práticos, então deverá resolver por si mesmo, pela via moral, como diz Sánches, e com a ajuda das normas sociais. Já o problema sobre como agir diante de determinada situação em que lhe exigem que faça uma boa ação, isto diz respeito a uma questão moralmente valiosa do ponto de vista dos valores éticos convencionalmente aceitos pela sociedade, pois a ética fundamenta o que é bom.

É claro que cair na teoria do relativismo ético é perigoso, no sentido de admitir que devemos aceitar que cada grupo social tem suas próprias normas; ou no sentido de que a sociedade deve aceitar determinadas formas de comportamentos sociais como éticos e como valores universais.

Podemos então mostrar que o contexto da “ética dos negócios” segue os mesmos pressupostos da questão teórica da ética como colocamos acima: o objeto da ética empresarial visa estudar, a partir de contextos sociais bem demarcados e distintos, aquelas formas de comportamentos morais que pautam as morais empresariais. A importância dessa preocupação, que tem aparecido nos últimos anos sobre a necessidade da ética dentro do mundo empresarial, seja na forma de formação de funcionários ou na forma presencial de palestras e de reprovações a atitudes inconcebíveis e danosas, reporta à questão já apontada aqui antes: a preocupação com a repercussão social e moral que certos problemas de decisões acarretam na administração de bens e negócios.

A reflexão ética coloca questões profundas e de caráter humanista que visam estabelecer o consenso de que cada indivíduo define para si o que é o bem, fundado no pressuposto de que o respeito ao outro e a não violabilidade de seus direitos é uma regra universal do humanismo ético, ao qual deve se sobressair sobre os meros interesses privados dos que acham que o mundo gira em torno de si e de seus próprios interesses.

No centro de muitas discussões sobre a problemática relativa a dilemas éticos e morais, em que as decisões de alguns podem surtir efeitos consequentes sobre o todo,

podemos encontrar hoje em discussão no plano acadêmico da administração a pauta da reflexão ética preocupada com os efeitos práticos das decisões, vinculadas a questionamentos sobre o que fazer e como proceder em situações adversas, ou como se comportar diante de incongruências dos negócios. Estas preocupações se resumem a uma perspectiva do *utilitarismo*, o qual determina que as decisões devem conduzir a provocar o máximo de bem aos envolvidos, sobrepondo o bem a tudo, principalmente em relação a alguns indivíduos (critério da eficácia); e o da *finalidade*, que determina que *a bondade dos fins justifica o uso dos meios*, mesmo que em certas circunstâncias se use a *mentira* (em sua máxima, em que coloca “que se alcance os objetivos, custe o que custar”). No cerne destas duas correntes éticas, empreendidas nas relações da ética nos negócios, encontramos a separação que o sociólogo alemão Max Weber encontrou para explicar o fenômeno do dualismo ético no plano do mundo das instituições e das relações impessoais modernas racionalizadas e administradas: de um lado, uma *ética da convicção*; e por outro, uma *ética da responsabilidade*. Para compreendermos esta questão, comecemos por um exemplo: um administrador enfrenta continuamente conflitos internos entre aquilo que deveria fazer enquanto representante leal da empresa e aquilo que um indivíduo, amigo, consumidor ou cidadão pensaria ser certo.

Uma das responsabilidades mais difíceis do executivo ético é manter em equilíbrio, ou mesmo integradas, entre as perspectivas não empresariais e as obrigações gerenciais.

Os dispositivos que compõem os códigos morais traduzem valores, principalmente normas e ideais, princípios e regras que vão sendo aplicados pelos agentes em situações concretas. Mas, acreditamos que nem sempre é possível seguir o que ditam regras, pois as decisões mais importantes, seja de um administrador, seja de um profissional de outra natureza, não encontram suas respostas prontas em receituários, fórmulas, prescrições que dizem o que deve ou não ser feito. Cabe à capacidade humana e aos estratégias da inteligência e dos valores éticos possíveis, o poder de agir de acordo com as decisões a tomar. O problema humano ético é o da escolha, muitas vezes entre agir para atingir o bem comum, ou de agir às escusas para garantir uma boa resolução para conflitos no mundo dos negócios humanos. A economia coloca o administrador muitas vezes diante do dilema de ter que tomar uma decisão ética, guiando seu comportamento moral e

de seus funcionários dessa forma, ou agindo às ocultas ou parcialmente para alcançar os fins do lucro.

Segundo o contexto da ética empresarial, comumente é pensado de forma bipolar mediante duas éticas que se confrontam no cotidiano para resolver emergências econômicas.

A ética e o sujeito ético precisam agir e tomar decisões que são flexíveis e inconsistentes. Para a *ética da responsabilidade*, o que importa é que os agentes possam avaliar os efeitos e as consequências previsíveis de suas ações, buscando conciliar os objetivos da empresa para fins que sejam vistos como bons. A finalidade de agir em função do que é visto como “bom” pode justificar que se tome partido de ações e recursos que não são sempre éticos. Esta ética da responsabilidade não converte princípios ou ideais em práticas do cotidiano, como faz a outra, nem aplica normas ou crenças sobre virtudes filosóficas, religiosas, ou máximas aplicando-as nos termos da ética dos negócios. Os valores do mundo econômico só podem ser compreendidos como instrumentais e de acordo com as práticas empresariais em jogo.

De forma geral, a ética dos negócios responde de forma instrumental às necessidades empresariais, valendo o esforço de conciliar conflitos trabalhistas, relacionamento com clientes, conquistar novos consumidores potenciais que simpatizam com determinada atividade comercial, produzir no imaginário social a ideia de que se preservam os valores morais internamente e externamente, e sobretudo, a necessidade de se alcançar os objetivos intentados pela empresa pela tomada “racional” de decisões que exigem grande poder de deliberação em função da análise das circunstâncias e de suas complexidades.

O pensador alemão Max Weber captou essencialmente a disputa dessas éticas e sua importância para o mundo moderno em que o Estado e as instituições do capitalismo recente exigem esforços que vão tomando conta e absorvendo o mundo da vida, pela administração racionalizada e racionalizadora do homem e de suas tomadas de decisões por valores mais instrumentais. A lógica dessas éticas, particularmente a da “responsabilidade”, é própria do capitalismo atual em suas fases de complexidades, como diz Weber (SROUR, 2000, p.50): (...) toda atividade orientada pela ética pode subordinar-se a duas máximas totalmente diferentes e irreduzivelmente opostas. Ela pode orientar-se pela ética

da responsabilidade (*verantwortungsethisch*) ou pela ética da convicção (*gesinnungsethisch*). Isso não quer dizer que a ética da convicção seja idêntica à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade à ausência de convicção. Não se trata evidentemente disso. Todavia, há uma oposição abissal entre a atitude de quem age segundo as máximas da ética da convicção, em linguagem religiosa, diremos: “O cristão faz seu dever, e no que diz respeito ao resultado da ação remete-se a Deus”, e a atitude de quem age segundo a ética da responsabilidade que diz: “Devemos responder pelas consequências previsíveis de nossos atos”.

Ainda segundo Max Weber, a tomada de decisões no mundo racionalmente administrado da sociedade industrial como a nossa, se projeta como potencialmente importante uma vez que a modernidade incorporada por meio das relações sociais em todos os âmbitos da vida exige que as ações estejam muito mais voltadas para a assunção das finalidades a alcançar e das consequências das ações a tomar, do que conduzir à crença em virtudes morais fundadas em doutrinas que preservam o homem dos efeitos instrumentais das relações do capitalismo moderno. Weber deixa bem claro o sentido de uma ética da convicção para nossa atualidade, ao qual, de modo geral, não se ajusta bem às necessidades dos empreendedores empresariais, pois preferem deixar aos professores, filósofos, sociólogos e pensadores, o ônus de ter que pensar as virtudes morais, uma vez que não são eles que terão que arcar com o ônus de uma decisão ou de um empreendimento fracassado.

Como diz Weber (SROUR, 2000, p. 65):

O partidário da ética da convicção não se sentirá “responsável” senão pela necessidade de velar sobre a chama da pura doutrina a fim de que ela não se extinga; velar, por exemplo, sobre a chama que anima o protesto contra a injustiça social. Seus atos só podem e devem ter um valor exemplar, mas que, considerados do ponto de vista do objetivo eventual, são totalmente irracionais, só podem ter um único fim: reanimar perpetuamente a chama de sua convicção.

Por outro lado, quando o administrador deixa de tomar as medidas que podem ser consideradas socialmente mais benéficas, ou seja, que buscariam conciliar os interesses e as finalidades da empresa com os da sociedade, equilibrando conflitos, sua escolha pode surtir efeitos paradoxais na tomada de decisões: ou o bem comum, ou terá que suportar o peso de decisões que ocasionam efeitos maléficos, como o daquelas atividades industriais

que passam por cima de todo protocolo convencionado das leis ambientais, violentando a ecologia em nome do lucro, e então poderão arcar com o malogro e a inépcia de suas ações. Como escreve Renato Janine Ribeiro em seu artigo intitulado “O governo e a ética da responsabilidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/ 12/98): Aos olhos de muitos, a ética da responsabilidade aparece como uma indecência, o que ela não é, e não como é: uma ética menos ciosa de princípios, mas que nem por isso leve de portar, porque é implacável com quem não consegue gerar os efeitos prometidos. A responsabilidade impõe a obrigação do sucesso. Não há perdão para o fracasso. Um político tem de estar preparado para a derrota e para o vazio que a ética da responsabilidade produz à sua volta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As relações empresariais se solidificam no sentido de propagar uma ética no mundo dos negócios, sintonizadas com as mudanças ocorridas de acordo com as exigências da competição no capitalismo atual, que embala a discussão pela assunção de novos padrões comportamentais para as empresas e seus administradores. Não se pode descartar que os desvios de condutas que levam a tomadas de posições que não se adequam à ética convencionada estão de acordo com aquelas análises sociológicas que apontam as divergências de valores e a cultivação de padrões de condutas morais dentro das corporações.

A maneira como as pessoas agem refletem o seu comportamento ético e, quanto mais forte se manifestar esse comportamento, melhores administradores teremos e seremos. O nosso comportamento individual determina o nosso comportamento em sociedade e não poderemos ter uma sociedade eficiente e competitiva se não pudermos confiar em nossos semelhantes, nossos empresários e nossos governantes. Cada um de nós é responsável pessoal pelo comportamento ético. É este comportamento que diferencia uma pessoa de outra. Para administrar, precisamos de um elevado senso ético que nos guie e sirva de exemplo aos outros.

## **REFERÊNCIAS**

FOLHA DE SÃO PAULO, 13/12/1998.

HOLANDA, A. B. **Dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

JUNQUEIRA, L. A. A. C. **Gerente total: como administrar com eficiência no século XXI**. 3. ed. São Paulo, Editora Gente, 1996.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril, 1975. (Coleção Os Pensadores).

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada**. São Paulo, Atlas, 1997.

MOREIRA, J. M. A **Ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NASH, L. L. **Ética nas empresas: boas intenções à parte**. São Paulo: Makron Books, 1993.

SÁNCHEZ, V. A. **Ética**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SINGER, P. **Ética prática**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Data de submissão: 20/07/2023. Data de aceite: 23/07/2023. Data de publicação: 28/07/2023.